



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como aproveitar os direitos de tráfego e as vantagens complementares para expandir a rede aérea e os mercados emergentes

Com o avanço das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Macau e a entrada em vigor da “Lei da actividade de aviação civil” em 2026, o sector de aviação civil da RAEM está prestes a entrar numa nova fase de ligação internacional. A nova lei fornece um suporte institucional para Macau desenvolver rotas internacionais de médio e longo curso, e explorar mercados externos. As infra-estruturas do Aeroporto Internacional de Macau têm vindo a ser constantemente melhoradas, o que contribui para elevar a capacidade de trânsito, reforçando ainda mais o potencial de Macau como “centro de trânsito de passageiros internacionais”.

Na *Second China-Central Asia Summit*, o Presidente Xi Jinping propôs pela primeira vez o “espírito China-Ásia Central” de “respeito mútuo, confiança mútua, benefício mútuo e ajuda mútua para promover a modernização comum com um desenvolvimento de alta qualidade”. No futuro, todas as partes devem promover este espírito, desenvolver relações amigáveis e promover a cooperação com benefícios mútuos. O Chefe do Executivo proferiu ainda um despacho, segundo o qual, os nacionais de cinco países, nomeadamente, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait, Bahrain e Omã, poderão gozar de isenção de visto de entrada em Macau, o que simboliza a atitude aberta da RAEM em relação ao mercado do Médio Oriente. Ao mesmo tempo, a China e o Uzbequistão assinaram um acordo de isenção mútua de vistos e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

promoveram um *roadshow* urbano no âmbito do “Ano Turístico 2025 China-Uzbequistão”, tendo a “temporada de Macau” sido realizada com sucesso este mês, e ambas as partes manifestaram a vontade de aprofundar o intercâmbio e a cooperação. Com os actuais voos directos entre Pequim, Xi'an e Cantão, o Uzbequistão pretende lançar mais voos para a China a curto prazo e, se conseguir desenvolver ligações aéreas ou ligações conjuntas com Macau, vai aumentar a fonte de turistas emergentes para Macau.

No entanto, apesar de Macau já ter ligações aéreas básicas com as cidades da Grande Baía, tais como, Hong Kong, Cantão e Shenzhen, as ligações aéreas directas internacionais ainda são relativamente fracas, e alguns destinos mais procurados ainda precisam de passar por um terceiro ponto de trânsito, o que não contribui para o aumento da capacidade de atracção de clientes para a cidade. Nos últimos anos, Macau tem-se empenhado no desenvolvimento de produtos turísticos diversificados, no entanto, neste momento, apenas a Coreia do Sul, o Sudeste Asiático e o Interior da China são as principais fontes de turistas, e a sua concentração no mercado é relativamente elevada. Em articulação com a diversificação adequada da economia local e a valorização do mercado turístico, Macau deve explorar activamente potenciais mercados internacionais e redes de rotas aéreas, utilizando flexivelmente a política da 5.^a Liberdade do Ar, construindo um “destino turístico *all-in-one*” ou “destino turístico de múltiplos pontos” com funções de trânsito e reforçando ainda mais o papel de centro regional de aviação.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Tendo em conta a entrada em vigor, em breve, da Lei da actividade de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aviação civil e a conclusão da ampliação do aeroporto, será que Macau pode definir estratégias de médio e longo prazo para as rotas internacionais, concentrando-se especialmente nos mercados de “Uma Faixa, Uma Rota” e da Ásia Central? O Governo vai aproveitar melhor a 5.^a Liberdade do Ar, no sentido de explorar mais rotas directas ou de ligação com os países da Ásia Central e do Médio Oriente, por exemplo, rotas de trânsito entre Macau, o Interior da China, a Ásia Central e o Médio Oriente? Vai ainda definir políticas e medidas complementares para as companhias aéreas?

2. Quanto à exploração de novos mercados de isenção de visto (Médio Oriente e Ásia Central), o Governo deve criar políticas complementares de orientação de turistas e de cooperação com destinos, por exemplo, em colaboração com as companhias aéreas e o sector do turismo, lançar benefícios de trânsito, facilidades na assinatura de vistos em trânsito e ligação directa de bagagem, entre outras medidas, com vista a colmatar as insuficiências do actual regime de direitos de tráfego aéreo e da disposição das rotas aéreas, em termos de preços, serviços e facilidades turísticas, elevando assim a atractividade de Macau enquanto “destino turístico *all-in-one*” ou “destino turístico de múltiplos pontos” a nível regional. O Governo vai fazer isso?

20 de Junho de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam Lon Wai